



LIDO NA SESSÃO DO DIA
23 FEV 2016
1º Secretário

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO	<p>APROVADO (A) VAI AO EXPEDIENTE Em <u>23</u> / <u>02</u> / 20<u>16</u> 1º Secretário</p>	Nº
	<p>REQUERIMENTO</p>	424/16

AUTOR: DEPUTADO LÉO MORAES - PTB

Requer a Mesa Diretora na forma Regimental a realização de Audiência Pública no dia 05 de maio de 2016, às 10:00h, para discorrer sobre as veiculações nos meios de comunicações a possibilidade de rompimento das barragens das Usinas do Madeira

O Parlamentar que o presente subscrive, no uso das suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, requer a realização de Audiência Pública no dia 05 de maio de 2016, às 10:00h, para discorrer sobre as veiculações nos meios de comunicações a possibilidade de rompimento das barragens das Usinas do Madeira.

Plenário das Deliberações, 23 de fevereiro de 2016.

Léo Moraes
Deputado Estadual - PTB

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares, no dia 06/11/2015, ocorreu uma Audiência Pública sobre “Impactos ambientais da instalação das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau na Calha do Madeira”, proposta pelo deputado Estadual **Dermilson Chagas (PDT)**, da Assembleia Legislativa do Amazonas. Na ocasião o Doutor em Biologia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), **PHILIP FEARNSIDE**, afirma que falta de uma avaliação séria antes da obra colocou as barragens sob risco de rompimento.

O pesquisador explica que os estudos para a construção das hidrelétricas previam apenas as cheias anteriores e não levaram em consideração as mudanças climáticas previstas para o futuro.

“A previsão de mudanças climáticas é de que haverá mais enchentes de grande proporção, o problema é que as usinas foram desenhadas nas enchentes passadas. Na enchente de 2014, chegou





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº
-----------	--	--------------	----

AUTOR: DEPUTADO LÉO MORAES - PTB

no limite. Então, há o risco do que elas não suportem em venham ser romper, podendo haver uma tragédia na nossa capital. Os vertedouros (servem para escoar água em excesso que ao reservatório durante o período de chuva). Os mesmos não tem capacidade para grandes enchentes no futuro”.

Considerando que o Ministério Público Federal-MPF recomendou a Santo Antônio Energia a divulgação do Plano de Segurança da barragem. Citou como exemplo, as duas barragens de Mariana, que romperam e causaram mortes, tiveram modificações nos projetos dos reservatórios anteriormente apresentados. A Santo Antônio Energia também alterou o projeto, sem realização de novos estudos de impacto ambientais. Como se não fosse pouco, o MPF especifica que o Conselho Regional de Engenharia de Rondônia (CREA) e o Sindicato dos Engenheiros de Rondônia (SENGE) já questionaram as modificações na barragem de Santo Antônio, apontando supostas falhas nos projetos.

Diante disso o Ministério Público Federal argumenta que, sem a devida fiscalização, caso ocorra rompimento das barragens, os trabalhadores envolvidos no empreendimento teriam pouca ou nenhuma chance de sobrevivência.

Sendo assim, pedimos com urgência esta audiência pública, para que possamos cobrar dos Consórcios responsável, explicações e ao mesmo tempo solicitar medidas urgente que tentem minimizar os prejuízos de ordem social, ambiental e econômico que os municípios da calha do Madeira já estão sofrendo.

